

HISTÓRIA E LITERATURA NO PERU COLONIAL DO SÉCULO XVII: O “DIÁRIO DE LIMA”, DE MUGABURU

Vinicius de Paula Aragão

UFPE

Resumo: o presente artigo tem como objetivo aliar uma breve observação sobre o percurso de transformações Historiográficas do século XX que permitiram uma aproximação entre História e Literatura, com a análise de trechos da obra Diário de Lima de Joseph de Mugaburu y Honton, escrito entre 1640 e 1694, a partir da perspectiva de que a escrita da cidade é parte fundamental da conquista e estabilidade narrativa do regime colonial hispano-americano, com o propósito de discutir a relevância da dimensão escrita colonial para a constituição do universo de significados que hoje atribuímos à América Latina.

Palavras-chave: História; Literatura; Diário de Lima; Mugaburu.

Resumen: este artículo tiene como objetivo combinar una breve observación sobre el curso de las transformaciones historiográficas del siglo XX que permitieron una aproximación entre Historia y Literatura, con el análisis de extractos de la obra Diario de Lima de Joseph de Lima de Mugaburu y Honton, escrita entre 1640 y 1694, desde la perspectiva de que la escritura de la ciudad es parte fundamental de la conquista y estabilidad narrativa del régimen colonial hispanoamericano, con el propósito de discutir la relevancia de la dimensión escrita colonial para la constitución del universo de significados que hoy atribuimos a América Latina.

Palabras clave: Historia; Literatura; Diário de Lima; Mugaburu.

Introdução

A escrita cumpriu papel fundamental, tanto como ferramenta de estabelecimento colonial, por proporcionar a construção de um imaginário capaz de justificar a posse das novas colônias, a partir de relações hierárquicas de poder bem definidas, como também para situar as relações entre colonizador e colonizado dentro da esfera de transição histórica em operação a partir da

Notas sempre no rodapé e apenas explicativas (nunca com referências bibliográficas), com fonte Cambria, tamanho 10, espaçamento entre linhas simples. Não usar notas de rodapé manuais, empregar a ferramenta específica do Word for Windows.

www.xicongressohispanistas.com.br
contato@xicongressohispanistas.com.br



conquista. Em outras palavras, “para conhecer-se, o centro imperial precisa de seus *outros*” (PRATT, 2010, p. 26).

A dimensão operativa da escrita, disposta a amparar o extrativismo predatório dos corpos já nascidos neste espaço, através de desígnios divinos e legislativos os mais diversos, encontra-se com sua dimensão simbólica, capaz de responder a curiosidade pelo desconhecido, erigindo as formas pelas quais serão representadas as gentes que habitam e são o novo mundo.

Em sua maioria, comprometidos em relatar as vicissitudes citadinas coloniais para a metrópole, os letrados formavam uma genuína casta sacerdotal e a existência de tal grupo num ambiente onde a leitura era verdadeiramente inócua revela, dentre tantas características peculiares, a exagerada configuração urbana do período. Nas cidades barrocas coloniais, onde as fronteiras territoriais delimitavam os espaços entre o conhecido e o desconhecido, os cronistas urbanos, peças-chave nesse tenso tabuleiro de hibridismos sociais, tornaram-se responsáveis por revelar com nitidez as complexas relações culturais iniciadas no que mais tarde denominaremos América Latina.

É precisamente neste momento — de intensivo contato étnico e linguístico, de firme estabelecimento colonial, que é escrito o Diário de Lima, entre 1640 e 1686, por Joseph de Mugaburu, sargento do vice-reino, continuado após sua morte até 1694, pelo seu filho, o clérigo Francisco de Mugaburu, e publicado apenas em 1917, por Carlos Romero e José Urtuega, reunindo em suas páginas o cotidiano citadino colonial a partir da perspectiva de um habitante local mobilizado pelo ímpeto de relatar, com pormenores, o dia-a-dia da capital limenha.

Em suas páginas, marcadas pelo rigor cronológico, os Mugaburu assinalam as visitas reais à capital do vice-reino, da mesma maneira que retratam a vulgaridade dos acontecimentos mais banais. O conteúdo do Diário, nos transporta com vivacidade à capital da maior cidade peruana da época, através do retrato memorialístico tecido pelo autor.

Compreender o *Diário* mobiliza o relacionamento entre campos da história e da literatura, alinhavados pelos estudos pós-coloniais. O artigo tem por objetivo



fazer análise das transformações metodológicas que permitiram abordagens aproximativas entre as duas bases teóricas, capazes de oferecer terreno à apreciação da obra.

A Nova História e a autocrítica metodológica

Contar uma história, passar um relato de pai para filho, fundamento precípuo da história como memória: da memória como semente da ancestralidade, do reconhecimento e pertencimento identitário de um lugar, um grupo, uma cidade. A história se inscreve por palavras, dentro, através e fora delas. A oralidade como experimento de continuidade ancestral, grosso modo, permitiu, ora mesmo pela historiografia tradicional, o avanço tecnológico capaz de promover, segundo os materialistas, condições de acúmulo suficientes para consolidação dos primeiros aglomerados humanos, a partir de sua sistematização escrita. Os historiadores antigos, próximos ao relato, à narrativa, davam conta de uma autoridade instituída per se, como primeiros desbravadores da escrita, cronistas e observadores do tempo, na imagem que a descrição era capaz de construir.

Inscreve-se dentro da empiria o arcabuz que lança as linhas temporais historiográficas do século XVII europeu. Encarcerada pelas letras, a História, passa a representar sua autoridade na denominação das formas capazes de apreender a realidade. Segundo Vendramini (2004), Marx não foi o primeiro nem o último a encarar os limites de apreensão dessas realidades, questionando intuitivamente as abstrações das categorias econômicas sobre as quais estavam assentados os seus métodos condutivos, admitindo aos homens produção de ideias, sentimentos, ou em outras palavras, as mesmas abstrações capazes de suportar as bases de sua teoria, e, por conseguinte, à história, a incapacidade de apreensão desses fenômenos em sua completude¹. O documentalismo historiográfico, aquilo que confere grau de certeza à fonte de estudo e consequentemente autoriza e legitima o método da ciência-história como verdade, privilegiou grandes eventos, nomes

¹ Na história de inspiração marxista, o desvio para a cultura já estava presente na obra de Edward Palmer Thompson (1924 – 1923).

Notas sempre no rodapé e apenas explicativas (nunca com referências bibliográficas), com fonte Cambria, tamanho 10, espaçamento entre linhas simples. Não usar notas de rodapé manuais, empregar a ferramenta específica do Word for Windows.



essencialmente consorciados e responsáveis pelo fazer histórico por importâncias elegíveis às suas condições de centralidade enunciativa.

Le Goff (1996) percebe o incômodo e trata de evidenciar a ingenuidade da crença numa arbitrariedade, ao expor a responsabilidade do fazer histórico a forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo. O estatuto da cronologia apresenta fissuras, entra em crise, e os questionamentos buscam novos horizontes onde amparar suas ideias, como consequência do esgotamento do historicismo positivista: “o esforço histórico assemelha-se mais ao esforço filosófico que ao esforço científico. A história explica menos que explicita” (VEYNE, 1976, p 64). Apresenta-se, portanto, uma falência na prerrogativa de anunciar a história como ciência. E a *nouvelle histoire*, em oposição às abordagens essencialmente político-econômicas dos materialistas, amplia-se ao encontro da antropologia e etnologia, embora assuma já em sua chegada as contradições presentes na sua proposta de abordagem.

Na apresentação constante na primeira parte da obra *Faire de l'histoire*, Le Goff e Nora (1976, p.12) apontam para o aparente paradoxo da presença quase exclusiva de franceses na composição de uma obra que “procura fugir às limitações e às tomadas de posição”: “[...] paradoxal [...] uma obra cujo espírito se esforça por abandonar o europeicentrismo, que tanto marcou a história passada, viesse cair nas malhas do nacionalismo”.

Certeau (1976), por seu turno, afirma o encargo assumido, ao retirar da história o compromisso com uma “verdade”, outrora fundamental à filosofia e teologia, a despeito de emular procedimentos metodológicos que busquem sensivelmente uma aproximação da historiografia com os meios das ciências naturais; a partir da relação de produção de discursos e lugares, dá voz a uma conciliação entre a racionalidade e a ficção. Com o historiador exposto e o papel da referencialidade instituído, a narrativa agora assume espaço dentro de um marco teórico fundamental, assente na fragilidade dos enunciados:

“Antes de saber o que a história *diz* de uma sociedade, importa analisar como ela aí *funciona*. Essa instituição inscreve-se num complexo que lhe *permite* somente um tipo de produções e lhe interdita outros. Tal é a dupla função do lugar. O lugar *torna possível* determinadas pesquisas,



por meio de conjunturas e problemáticas comuns. Mas torna outras impossíveis; exclui do discurso o que é sua condição num dado momento; desempenha o papel de uma censura com relação aos postulados presentes (sociais, econômicos, políticos) da análise. Indubitavelmente essa combinação entre a *permissão* e a *interdição* é o ponto cego da pesquisa histórica [...] É igualmente sobre essa combinação que age o trabalho destinado a modifica-la” (CERTEAU, M. in LEGOFF, J. NORA, P., 1976, p. 27).

Apesar dos avanços em tencionar os limites dos dizeres historiográficos e o intento de “modificar”, afirmando cada vez mais o papel do lugar, para Certeau e os demais tributários dos *Annales*, a história ainda é um lugar de “controle” metodológico, sobretudo referendado pela instituição dos meios, um fato impossível de eludir. Aqui, o autor francês limita-se a considerar a reconciliação entre história e literatura apenas dentro do âmbito freudiano, como um narciso apaixonado numa conversa entre pares. Persistentemente europeu, o alargamento das perspectivas não consegue romper as fronteiras geográficas que acorrentam o primado da técnica no velho continente. Artificio democraticamente frustrado, a discussão insere, no mínimo, uma preocupação exegética constante com os objetos de análise: há que se reinventar. 20 anos antes da publicação de *L'Écriture de l'Histoire*, Miguel León-Portilla, para quem a problemática dos lugares já havia sido resolvida, impressionava com seu tratado sobre a filosofia Nahuatl e em 1959 publica *Visión de los vencidos*, obra capital na historiografia latino-americana.

Prerrogativas de uma unidade: historiografia, estudos pós-coloniais e literatura

A aliança contemporânea que proporcionou às ciências humanas uma capacidade discursiva de domínio amplo e unidades teóricas convergentes, particularmente à história, filosofia, sociologia e literatura, encontram amparo, dentro da Teoria Crítica, nas teses do filósofo alemão Walter Benjamim, e mais tarde nos escritos do filósofo francês Michel Foucault.

A modernidade e seu processo de estabelecimento cultural, evocados, sobretudo nos eventos que orientaram uma percepção do outro, nas aglomerações

Notas sempre no rodapé e apenas explicativas (nunca com referências bibliográficas), com fonte Cambria, tamanho 10, espaçamento entre linhas simples. Não usar notas de rodapé manuais, empregar a ferramenta específica do Word for Windows.



urbanas contornadas pelo epíteto capitalista, na colonização e processos de busca identitária, e a partir de um ordenamento político virtual do estado, sobretudo após os acontecimentos da segunda grande guerra, mobilizou uma ruptura ideológica fortemente notável nas ciências humanas, representada principalmente nos estudos dos filósofos supracitados.

Ocuparam-se de maneiras distintas, a caracterizar a história do presente e os efeitos da modernidade: Foucault (1985, p. 235 – p. 234 apud HUNT, 1992, p. 11) avalia seus postulados históricos como algo que “perturba o que antes considerava imóvel; ...que fragmenta o que antes se acreditava unificado; ...que demonstra a heterogeneidade daquilo que se imagina coerente em si mesmo”, Benjamin (1987), por seu turno, identifica os fundamentos historiográficos em voga e aponta para a enganosa corrente metodológica que orienta a historiografia: a temporalidade linear, homogênea e vazia.

A essa homogeneidade metodológica — característica da historiografia progressista e burguesa, Benjamin sugere a fundação de um outro conceito de tempo, firmado principalmente pela experiência, categoria enfraquecida pelo capitalismo moderno: “a arte de contar torna-se cada vez mais rara porque ela parte, fundamentalmente, da transmissão de uma experiência no sentido pleno, cujas condições de realização já não existem na sociedade capitalista moderna” (GAGNEBIN in BENJAMIN, 1987, p. 10), razão pela qual o isolamento e o *indivíduo* como tal, encontram seu duplo no herói solitário do romance, reforçando a história de enunciados que privilegiam grandes nomes e acontecimentos, responsáveis por formatar realidades e enrijecer o privilégio historiográfico dos grandes atores, na segregação entre realidade e ficção. Sendo assim, Benjamin demonstra interesse na narrativa como forma de constituição do sujeito. Pois a partir da experiência do indivíduo, e da comunicação dessa experiência a outros, a narrativa histórica é tecida, através da memória:

“A experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorrem todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos” (BENJAMIN, 1987, p. 198).



Portanto, a abertura historiográfica que Benjamin sugere, ao evidenciar o esfacelamento da memória e narrativa nas abordagens meramente técnicas, ampliam em definitivo os horizontes para o alcance da análise literária enquanto ferramenta de apreensão de um imaginário capaz de preencher lacunas esvaziadas pela história.

Em outras palavras, tanto a genealogia e arqueologia foucaultiana como o misticismo historiográfico de Benjamin lançaram luz sobre perspectivas epistemológicas que referendaram os estudos pós-coloniais como campo de pesquisa indispensável na compreensão da modernidade e de seus desdobramentos. Das reminiscências da autocrítica historiográfica dos *Annales* — tanto quanto as críticas externas, até o estabelecimento da cultura como ponte de acesso possível entre história, antropologia, sociologia e literatura, muitos autores se debruçaram sobre questões de relevância local, a partir de perspectivas globais. O movimento de imanência da história agora permitia que micro relatos e protagonismos antes descartados pudessem subir ao púlpito e descrever, através da experiência, o testemunho do presente ocorrido, ou a narrativa organizada a partir de uma heterogeneidade epistemológica.

Os diários como testemunhas da formação de uma cidade: o caso de Lima e Mugaburu

A origem das cidades coloniais latino-americanas é fortemente marcada pelo fenômeno da transculturação², o que confere à sua formação um complexo agrupamento cultural diversificado e conflitante, representados pela presença de grupos étnicos distintos em pleno convívio.

Logo, a partir da conquista, todo um aparato epistêmico tomou conta de discriminar o saber predominante — num primeiro momento evangelizador

² Conceito primeiramente introduzido por Fernando Ortiz, no livro *Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar* (1940), retomado por Angel Rama em *Transculturación narrativa en América Latina* (1982), designa a maneira como os efeitos da cultura moderna são medidos a partir da interação entre as culturas originária e imposta.

Notas sempre no rodapé e apenas explicativas (nunca com referências bibliográficas), com fonte Cambria, tamanho 10, espaçamento entre linhas simples. Não usar notas de rodapé manuais, empregar a ferramenta específica do Word for Windows.



(necessariamente eurocêntrico), e um saber menor, inferior, o do colonizado. Os paradigmas elaborados a partir das narrativas sobre o outro que agora se apresenta, trazem diversas consequências para as populações nativas e para os remanescentes coloniais frutos desse processo constitutivo de transculturação. As narrativas que buscavam descrever a experiência europeia para a própria população do velho mundo, respeitou assim um caráter germinado de intencionalidade religiosa e definição racionalista, determinado por etapas consecutivas que se seguiram após os heroicos relatos de travessia.

“Tal como o cristianismo havia posto em movimento uma tarefa universal de conversão religiosa, que se afirmava em todos os pontos de contato com outras sociedades, a história natural colocou em ação uma tarefa universal e secular que, entre outras coisas, fez das zonas de contato um lugar de trabalho manual e intelectual, e instalou ali a distinção entre ambos” (PRATT, 2010, p.63).

Assim, a fronteira que de início limitava o contato à lógica da imposição violenta, passa a ganhar contornos cada vez mais nítidos de troca em que tanto um lado como o outro fundem-se de maneira sutil, intermediados pelo signo da representação escrita, embora organizados segundo uma hierarquia onde os interesses comerciais/manufatureiros, políticos e religiosos vigoravam em todo o momento.

O resultado, que resvala inevitavelmente para o surgimento do inédito, como força motriz dessa síntese criativa onde as formas primordiais se desintegram,

“mora na destruição da lógica que preside a formação de cada um de seus fragmentos, para assim ascender à construção de uma lógica nova. [...] América Latina facilitou a formação de um solo particularmente fértil para o surgimento da mestiçagem, pela qual esta região pode considerar-se como um dos territórios de exploração mais importantes para a construção da subjetividade barroca” (SANTOS, 2006, p. 182).

Terreno fértil para o surgimento de figuras letradas que compõem e problematizam a identidade colonial, a cidade barroca, tema constante das crônicas coloniais, é o espaço no qual o conhecido e o desconhecido, o santo e o diabólico, o sagrado e o profano, o real e o irreal se intensificam como fruto preciso do trauma ocasionado pela conquista. Desta maneira, a *subjetividade barroca* a que



se refere Boaventura, por uma de suas facetas, a *mestizaje*, atravessa o embrião da urbe colonial, amparada sobretudo a partir das perspectivas que estabelecem a divisão básica entre o *eu* e o *outro*.

Os limites oferecidos pelas narrativas coloniais coteja um sem número de símbolos para classificar o *outro* como bárbaro, canibal e selvagem, orientando a compreensão de que o mal habita onde a inocência faz governo, com vistas a fundamentar uma relação de poder que oriente os traçados citadinos e amplifique o domínio colonial sobre as populações circunvizinhas. A propagação da ideia civilizadora é fundamental para o estabelecimento do poderio imperial sobre suas colônias: “a época barroca é a primeira da história europeia que procura atender à ideologização de multidões, apelando a formas maciças para transmitir sua mensagem, coisa que faria com rigor programático” (RAMA, 2015, p. 40).

A institucionalização das formas, pelas quais a colonização foi ingerindo seus significados, assumiu para si um contorno opulento de representações, orientada em grande medida pela burocratização da administração colonial e pelo papel fundamental que desempenharam aqueles que escreveram a vida nas cidades, o dia-a-dia, as festas e o prosaico cotidiano. Assim, a história que começou escrita pelo fio do gládio, foi dando espaço ao tinteiro, num heterogêneo amálgama de símbolos, muitos dos quais indecifráveis, tanto pela hegemonia da pena como pelo rigor da espada.

O Diário de Lima, testemunho colonial

A organização burocrática colonial, caracterizada por regras e procedimentos regularizados, em conjunto com a fundamentação evangelizadora baseada na catequese indígena, formaram os alicerces sobre os quais foram construídas as primeiras cidades latino-americanas. Desta maneira, a administração colonial além-mar julgou necessário confiar a tarefa de registro a um verdadeiro setor dentro do seu aparelho burocrático:

Notas sempre no rodapé e apenas explicativas (nunca com referências bibliográficas), com fonte Cambria, tamanho 10, espaçamento entre linhas simples. Não usar notas de rodapé manuais, empregar a ferramenta específica do Word for Windows.

www.xicongressohispanistas.com.br
contato@xicongressohispanistas.com.br



“a fim de levar adiante o sistema ordenado da monarquia absoluta, facilitassem-se a hierarquização e a concentração do poder e pudesse ser cumprida sua missão civilizadora, acabou sendo indispensável que as cidades – sede da delegação dos poderes – dispusessem de um grupo social especializado ao qual esses encargos fossem encomendados.” (RAMA, 2015, p. 37).

Os primeiros cronistas urbanos, ávidos pelo relato do incompreensível, alimentavam com testemunhos marcados pelo assombro, a curiosidade da coroa espanhola em conhecer o alvorecer de suas novas colônias e gerenciar, mesmo que à distância, o comércio e funcionamento da governança colonial. Além do mais, mobilizados pela preocupação constante sobre o controle demográfico e possíveis rebeliões decorrentes, a escrita da cidade era francamente estimulada como forma de manter as autoridades em alerta:

“En este sentido, Felipe III había expresado ya en 1608 al virrey Marqués de Montesclaros su preocupación por “la mucha cantidad de negros, mulatos y mestizos que hay en esas partes y los que cada día se van multiplicando y cuanto convendrá ir previniendo con tiempo los inconvenientes que de ellos podrán resultar” para lo que había ordenado hacer una numeración de los mismos y no dejar de prestar atención a sus actividades” (MARTIN, 2013, p. 14).

Em contraste, contudo, com a prática corriqueira da época, apontamos o caso emblemático do diário de Mugaburu: não sendo encomendado pela coroa, jamais fora transferido para a matriz colonial além-mar, nem tampouco há registro de sua apreciação pelo Conselho das Índias. Outro dado que assume relevância por chamar atenção em contraste com outras publicações do mesmo gênero, repousa sobre o conteúdo narrativo de características bastante peculiares: o texto mescla informações político-administrativas, na mesma medida em que reúne elementos autobiográficos detalhados do autor e sua família.

Neste sentido, o *diário*, como denominado *a posteriori* por Urtuega e Romero³, revela uma experiência assaz moderna para a época em que foi escrito, transparecendo uma identidade subjetiva muito particular de seus autores na construção da narrativa. Além das inúmeras descrições particulares — como casamentos, mortes e viagens de seus familiares e próximos, o relato opera respeitando o eixo de trânsito geográfico de Mugaburu: Em 1676, respondendo

³ O *Diário* foi encontrado sem título, e denominado desta forma por Urtuega e Romero. Notas sempre no rodapé e apenas explicativas (nunca com referências bibliográficas), com fonte Cambria, tamanho 10, espaçamento entre linhas simples. Não usar notas de rodapé manuais, empregar a ferramenta específica do Word for Windows.



convite de um de seus filhos, José, muda-se de Lima para Cuzco, onde permanece escrevendo em seu diário, desta vez relatando o cotidiano da vida cuzquenha, quando, em 1677, seu filho morre e Mugaburu regressa para Lima, dando continuidade a seus escritos na cidade natal de sua composição. Desta maneira, fica claro a importância do *olhar* sobre a cidade: a presença do autor é refletida tanto no respaldo que dá a seus escritos, por se colocar como testemunha ocular do relato, como também por retratar as cidades a partir da perspectiva de sua presença. Em outras palavras, as cidades de Cuzco e Lima descritas por Mugaburu são o retrato de sua própria existência em ambas, fazendo delas ícones e personagens de sua memória narrativa.

Com o olhar acurado, é capaz de elaborar relatos opinativos acerca de eventos destacados. Mugaburu não escondia sua revolta beata ao ver um herege condenado pelo santo ofício:

“Sábado ocho de Octubre de mil y seiscientos y sesenta y siete por la mañana, hubo auto en la Iglesia del Santo Oficio, donde salieron cuatro penitenciados: D. César, médico que trujo el señor Virrey Conde de Santisteban, el mayor hereje que se ha conocido en estos tiempos [...] Este tal negó la inmortalidad del alma y en sus errores fué peor que Lutero, ni Arrio, ni Mahoma, ni cuantos setarios ha habido, que el tal fué que a una imagen de Jesucristo crucificado que tenía de la Espiración pintado en un lienzo, y su Santísima Madre de la Soledad, en otro lienzo, le decía a la Santísima Virgen: “¿Dé qué llora y está llorando la embustera por este hijo que tiene al mundo engañado, y por él y ella está toda su religión perdida?”. Fueron tantas las injurias y blasfemias y palabras deshonestas que le decía a la Santísima Virgen, que no las escribo por el gran horror y escándalo que causan a los oyentes cristianos [...] La sentencia fué sambenito y cárcel perpétuas y desterrado destes reinos del Pirú” (MUGABURU, 1917, p. 136).

O espetáculo festivo das execuções corriqueiras nos expõe a naturalidade com que a brutalidade e a tirania apresentam-se para o povo como um atrativo quase catártico. O Diário mostra diversas condenações aclamadas pelo autor por satisfazerem as exigências da lei celestial: padres bêbados que confessam índios, feiticeiras e hereges das mais diversas estirpes fazem parte da constelação de condenados pelo tribunal do Santo Ofício.



Em contrapartida, os crimes cometidos por negros ou índios são classificados como verdadeiras atrocidades dignas dos maiores e punitivos castigos:

“Miércoles catorce del dicho sucedió en esta ciudad la mayor atrocidad que ha habido en el mundo, y fué que un negro de casta terranovo con un machete fregenal mató a una negra de su mesma casta y la hizo tasajos todo el cuerpo; y luego al licenciado Isidro, sacerdote, le dió once heridas, todas de muerte, y le cortó los dedos de las manos, que lo dejo por muerto” (MUGABURU, 1917, p. 21).

A narrativa, quando se trata destes personagens, especificamente, ganha uma selagem performática que aproximam muito os fatos narrados de uma ficção pouco verossímil. Há uma perceptível mudança na formalidade expositiva com que o autor explora os causos administrativos. O negro acima, após assassinar duas pessoas, entra em uma casa, mata toda uma família, ateia fogo, sobe no teto, mata mais um tanto de gente, é alvejado por um tiro de escopeta e não caindo, segue seu périplo, matando mais pessoas como se estivesse endiabrado. Pula do telhado, aterrorizando a cidade, até ver-se abatido demais para continuar, no que é recolhido para a cadeia e pede confissão, morrendo logo em seguida, para depois ter seu corpo desmembrado e espalhado pela cidade.

Com olhar incansável, abalado apenas pelos terremotos que também descreve com grande temor, Joseph de Mugaburu escreveu até a morte lhe visitar, em seus 79 anos de vida. Do dia 02 de outubro de 1686, onde relata a chegada à cidade de um general da armada, vindo do porto de Callao — curiosamente com a saúde debilitada, até o dia 12 de novembro do mesmo ano, o diário passa por um silêncio estarrecedor. Durante este período, Joseph de Mugaburu não relatou coisa alguma, acometido por doença não especificada, morre no dia 12 de novembro com o relato pormenorizado no diário por seu filho, o clérigo Francisco:

“Martes doce de noviembre de 86 años murió mi querido padre el capitán don Joseph de Mugaburu y Honton, entre seis y siete de la mañana, habiendo estado dos meses curándose de los fines de sus achaques; después de dolor, ardor de los riñones, le sobrevino una palpitación desde el estómago al pecho; y lunes en la noche, 11 de noviembre, echó unos coagulones de sangre. Sosegó después, y a las cinco de la mañana volvió a echarla, con que, por último, entre seis y siete la echó por boca y narices hasta que expiró. En su enfermedad recibió dos veces el viático y una el santo óleo; confesó muchas veces,

Notas sempre no rodapé e apenas explicativas (nunca com referências bibliográficas), com fonte Cambria, tamanho 10, espaçamento entre linhas simples. Não usar notas de rodapé manuais, empregar a ferramenta específica do Word for Windows.



dejándonos seguras esperanzas de su salvación, así como su buena vida como por su buena muerte. Murió de edad de ochenta años menos dos meses, poco más o menos” (MUGABURU, 1917, p. 185).

Logo após a morte de seu pai, Francisco deu continuidade ao diário, embora com menor assiduidade: depois do acontecido, o diário continua por algumas poucas páginas, até ser abandonado definitivamente em 1694. Os escritos de Francisco são esparsos e, se comparados aos do pai, muito econômicos em riqueza de detalhes. Detém-se com maior ênfase nos relatos eclesiásticos e administrativos da cidade, relatando as mortes de pessoas notáveis e a chegada de emissários à província.

Considerações finais

O espaço move-diço ocupado pelas crônicas coloniais permanece um terreno de grande potencial para pesquisas nas mais diversas áreas das ciências humanas, sobretudo àquelas que em conjunto buscam fazer uma análise do *ethos* colonial como forma dinâmica de compreender a formação e desenvolvimento de nossas cidades. Antes de tudo, é uma maneira de observar de perto os resultados da assimilação de modelos europeus, da sobreposição conflitiva entre diversas línguas e os interesses orientados para o desenvolvimento de uma linguagem em comum.

Os olhares sobre a América Latina são diversos e instigantes, porque permanecem impressos nas nossas expressões mais íntimas da atualidade. Conhecê-los é como visitar a forja dos talheres que nos servem para alimentação.

O Diário de Mugaburu é um desses talheres, cuja forja demonstra todo o vigor de uma leitura que explora as minúcias do período colonial. A cidade retratada não era a dos documentos oficiais, mas a sua cidade, aquela sujeita a seus deslocamentos, seus ânimos e sua doença. A cidade observadora dos seus influxos familiares, de suas perdas e alegrias. A cidade como espelho e como molde. A heterogeneidade da Literatura Peruana, tão destacada por Mariátegui e



magistralmente explorada por Cornejo Polar, séculos adiante, exemplificada em páginas de uma simplicidade aterradora.

Consideramos, portanto, que a literatura, a cultura latino-americana e os estudos pós-coloniais estão estabelecidos a partir de uma noção de trocas e negociações entre os mesmos, na medida em que o fio da história demanda novas abordagens para compreensão do passado, argumento cujo Diário, neste artigo, mobiliza com clareza. Compreender, por conseguinte, as bases do período destacado, à luz dos estudos dos diários e crônicas coloniais — e amparados pelas problematizações epistemológicas que deles se extrai, consiste em percurso de importância fundamental.

Referências bibliográficas

BENJAMIN, Walter. *Mágia e Técnica, Arte e Política*. Traduzido por Paulo Sérgio Rouanet. (Obras Escolhidas; v. I). São Paulo: Brasiliense, 1987.

ELLIOT, J. H. La conquista española y las colonias de América. *In*: BETHEL, Leslie (org.). *História de América Latina*. Tomo I. Barcelona: Editorial Crítica S. A., 1990.
GRUZINSKI, Serge. *A águia e o dragão*. Ambições europeias e mundialização no século XVI. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4.ed. Campinas: Unicamp, 1996.

LE GOFF, J. NORA, P. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves editora S.A., 1976.

MARTIN, José Ramón Jouve. *Joseph de Mugaburu y los cronistas urbanos en el imperio español: origen y transmisión de un diario colonial*. Madrid: 2013.

MUGABURU, J. *Diario de Lima*. Lima: Imprenta y librería Sanmarti y Ca., 1917.

PRATT, Mary Louise. *Ojos Imperiales*. Literatura de viajes y transculturación. México: Fondo de Cultura Económica, 2010.

RAMA, Ángel. *A cidade das letras*. São Paulo: Boitempo, 2015.



SANTOS, Boaventura de Sousa. *Conocer desde el sur: para una cultura política emancipatória*. Lima: Fondo Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales, 2006.

VENDRAMINI, Célia Regina. Experiência humana e coletividade em Thompson. *Esboços: histórias em contextos globais*, Florianópolis, v. 11, n. 12, p. p. 25-36, jan. 2004. ISSN 2175-7976. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/344/9897>>. Acesso em: 09/09/2020.

